

DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

## Franco da Rocha e o Manicômio Judiciário de São Paulo

\* Guido Arturo Palomba

No ano de 1895, Francisco Franco da Rocha assumiu a direção dos serviços de assistência a psicopatas do Estado de São Paulo. À época, os alienados mentais criminosos eram recolhidos ao velho Hospício da Várzea do Carmo, vivendo de permeio com os insanos comuns. Entre esses, Franco da Rocha encontrou quinze alienados criminosos (três epiléticos, dois com lipemania-melancolia, um com hemorragia cerebral e demência consecutiva, dois paranoicos, três loucos morais, quatro com delírio de perseguição) e notou a grande inconveniência em mantê-los em comum com os demais doentes.

Três anos depois nascia o Hospital de Juqueri, construído em uma grande área, com cerca de 1.300 alqueires, dotado do mais moderno e bem aparelhado sistema para albergar e tratar os desvalidos da razão. Entretanto, não lhe foi possível criar dependência somente para os loucos criminosos. Esses eram assistidos em uma das colônias próximas do Hospital Central.

A lei brasileira reclamava locais apropriados para o doente mental criminoso, uma vez que esses pacientes eram mal recebidos no hospício comum, pois exigiam cuidados e vigilância especiais, muitas vezes contrária à índole dos hospitais de então. O criminoso, não raras vezes, empreendia fuga ou era agressivo, o que acabava colocando em risco a segurança dos demais internados e a da coletividade social.

Em 22 de dezembro de 1903, o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil sancionou o Decreto Lei n.º 1.132, que dispunha no artigo 10, "caput", o seguinte: "É proibido manter alienados em cadeias públicas ou entre criminosos", e no artigo 11 o seguinte: "Enquanto não possuírem os estados manicômios criminais, os alienados delinquentes e os condenados alienados somente poderão permanecer em asilos públicos, nos pavilhões que especialmente se lhes reservem."

Franco da Rocha, premido pela necessidade de criação de local adequado para os alienados mentais criminosos, passou a escrever artigos especializados

e a solicitar, junto às autoridades constituídas, a criação do Manicômio Judiciário de São Paulo.

Em 1904 escreveu, talvez, a sua mais importante obra, "Esboço de Psychiatria Forense", na qual diz, na página 171, da necessidade de organização de um "manicômio especial para os indivíduos que incidirem no artigo 29 do Código Penal". (O artigo 29 de então chantava: "Os indivíduos insentos de culpabilidade em resultado de afeição mental serão entregues às famílias ou recolhidos a hospitais de alienados, se o seu estado assim o exigir para a segurança do público.")

O velho mundo já consagrara

caminhos do mestre, insistia por todos os meios em despertar a atenção do governo para importância da criação de um local propício aos doentes mentais criminosos. Em 1926, em comissionamento, partiu para a Europa e os Estados Unidos, onde visitou os mais importantes estabelecimentos do gênero existentes naqueles países, recolhendo preciosos subsídios para levar a cabo o desiderato do mestre, que era o seu também.

Finalmente, em 13 de dezembro de 1927, o eminente catedrático de Medicina Legal, prof. Alcântara Machado, apresentou no Congresso Estadual o projeto

Pacheco e Silva convidou André Teixeira Lima, cuja direção lhe foi confiada porque esteve, como um dos primeiros internos da Assistência aos Psicopatas, trabalhando na seção judiciária em um dos pavilhões centrais do Hospital de Juqueri, enquanto se esperava a sua construção: "Dava a segurança de que o Manicômio Judiciário de São Paulo não terá apenas instalações materiais adequadas, mas uma perfeita organização interna, de acordo com os mais rigorosos princípios da psiquiatria forense" (Pacheco e Silva ao referir-se a Teixeira Lima).

Pacheco e Silva nos legou também uma grande obra doutrinária, "Psiquiatria Clínica e Forense", cujos enunciados são bases seguras para quem deseja dedicar-se, como psiquiatra, aos misteres da Justiça. O livro traz ensinamentos múltiplos, que ficarão para todo o sempre, porquanto transcende às mudanças temporais das novas descobertas científicas para fixar-se na perenidade das lições morais formadoras da consciência pericial.

Assim nascia o Manicômio Judiciário de São Paulo, nimbado pelo brilho fulguroso de Franco da Rocha, Pacheco e Silva e Alcântara Machado. Medicina e Direito amalgamados: um belo prédio e a capacidade de homens de escol a formar uma das mais sólidas correntes doutrinárias da psiquiatria forense do País.

Teixeira Lima, o primeiro diretor, dirigiu o Manicômio Judiciário durante vinte e dois anos e dez meses, e formou nobilíssima casta de discípulos, entre eles, Paulo Fraletti, mestre de todos os psiquiatras fofenses desses dois e meio últimos decênios, entre os quais destacam-se Alfredo Hansem Terra de Souza, José Américo dos Santos, Antônio José Eça, Sérgio Pedro Baldassin, Rubens Zaclis e o eminente professor de Medicina Legal, psicopatólogo forense, João Francisco Duarte.

No quinquagésimo aniversário de fundação do Manicômio Judiciário (1.º.1.1984) registram-se apenas seis ilustres médicos que o dirigiram: André Teixeira Lima, de 1.º.1.34 a 28.11.56; Hernani Borges Carneiro, de 1956 a 1967; Paulo Fraletti, de 1967 a 1972; José

Roberto Bellelli, de 1972 a 1978, Névio de Pietro, de 1978 a 1980 e Mauro Riccardo Gobbi, de 1980 a 1984.

De 1984 até 1985, quando foi extinto, ao passar da Secretaria da Saúde para a Secretaria da Justiça (em 4.1.85), foram inúmeros os diretores que lá estiveram, rotatividade certamente advinda de momentos difíceis pelos quais passou a política estadual. Foram, em menos de um ano, cerca de nove diretores, alguns dos quais ficaram conhecidos entre funcionários e pacientes da casa pelas seguintes denominações: doutor Evandro, Peixoto, doutor Aluísio, doutor Mário, doutor, Mineiro.

Ao passar de uma Secretaria para outra, a que recebeu o prédio transformou-o em presídio comum, atualmente chamado de Penitenciária de Franco da Rocha. Os doentes mentais criminosos que lá estavam foram transferidos para a sexta colônia do Hospital de Juqueri, que ganhou reforma, alambrado de arame e o nome de Casa de Custódia e Tratamento Dr. André Teixeira Lima, ficando sob a direção do senhor Salama, que não era médico (sociólogo).

Cinquenta e um anos de serviços à coletividade. Mais que isso até, porquanto antes mesmo de estarem concluídas as obras, as quais foram confiadas aos engenheiros da Diretoria de Obras da Secretaria da Viação, serviu para abrigar feridos constitucionistas dos épicos dias de 1932, para os quais suas portas se abriram antes da inauguração.

A sobrevivência das instituições está subordinada aos caprichos dos homens, que muitas vezes ficam cegos e não dão a importância exata à parte histórica que elas albergam, e as derribam. Mas, como ensina a vida, a morte do corpo não mata o ideal do bom guerreiro, que continua perdurando entre os que ficam, e é transmitido aos que estão por vir, e assim sucessivamente.

Extinguiu-se o Manicômio Judiciário, mas não está extinto o ideal dos seus criadores. Viva Francisco Franco da Rocha, viva Antonio Carlos Pacheco e Silva, viva André Teixeira Lima...

\* Guido Arturo Palomba é psiquiatra forense e diretor do Departamento Cultural da APM.



O manicômio no dia de sua inauguração

esses asilos especializados. Foi a Inglaterra a pioneira, instalando, em 1863, o Asilo de Broadmoor. Em 1891, a Itália criou, em Reggio Emilia, Aversa e Montelupo Fiorentino, três manicômios judiciários. Nos Estados Unidos, em Nova York, criou-se o de Matteawan, em 1892.

Ainda que ingentes fossem os esforços do grande mestre da psiquiatria forense, São Paulo somente iria ter o seu muitos anos depois. Em março de 1923, Francisco Franco da Rocha aposentou-se, depois de laboriosa e fecunda vida, deixando o Estado de São Paulo com perfeito serviço de assistência aos psicopatas, sem conseguir, entretanto, completar a sua obra com a criação do Manicômio Judiciário.

O seu sucessor, Antonio Carlos Pacheco e Silva, seguindo os

n.º 3, para a criação do Manicômio Judiciário do Estado. Uma vez aprovado, deu-se logo início à obra, numa área de 185 mil metros quadrados, distando o edifício 2.500 metros do Hospital Central de Juqueri. Porém, somente foi concluído em dezembro de 1933, uma vez que vários acontecimentos políticos se sucederam no Brasil, depois de 1930, os quais perturbaram a vida administrativa do País, momentaneamente a de São Paulo. Assim é que, em 1.º de janeiro de 1934, o sonho de Franco da Rocha, pelas mãos de Pacheco e Silva e Alcântara Machado, concretizou-se com a transferência de 150 alienados mentais criminosos, até então assistidos em locais impróprios no Hospital de Juqueri, para o Manicômio Judiciário, totalmente aparelhado e provido de tudo o mais que fosse necessário para o seu bom funcionamento. Para dirigi-lo,

# Pupo Nogueira faz di do Trabalho durante

Foi para mim uma grande emoção e profunda alegria saber que, por indicação do Departamento de Saúde Ambiental, a Egrégia Congregação desta Faculdade outorgou-me o título de professor emérito, que recebo nesta tocante cerimônia das mãos carinhosas da professora Aracy Witt de Spinola, ilustre diretora desta casa, na presença de tantos e tão bons amigos que aqui vieram para, uma vez mais, dar-me provas de amizade e dedicação, além das que já me deram tanto nos dias felizes como nos dias mais difíceis da minha longa carreira universitária.

Essa longa carreira e também a minha vida, curiosamente, seguiu "pari passu" o desenvolvimento da Saúde Ocupacional no Brasil. Assim, por curiosa coincidência, a primeira lei de proteção ao trabalhador brasileiro - a lei de acidentes do trabalho - foi baixada exatamente no ano em que nasci e as demais leis que vieram complementar a primeira foram surgindo praticamente durante todos os anos de minha vida até os dias de hoje.

A milenar filosofia hindu afirma que as pessoas nascem sob o influxo de uma força cósmica - "karma" - que dirigirá toda a sua vida futura e lhes indicará os caminhos que irão trilhar através da vida. Meu "karma" parece ter sido a preocupação pela proteção à vida e à saúde dos trabalhadores e sua primeira manifestação ocorreu na minha mais tenra infância, como se verá a seguir.

Há muitos e muitos anos, quando eu tinha talvez cinco anos de idade, vi meu pai, que trabalhava para uma grande empresa industrial brasileira, certo dia chegar em casa extremamente triste e abatido. Contou para minha mãe que presenciara na fábrica um acidente que o deixara profundamente deprimido. Numa determinada seção daquela fábrica existia uma máquina complexa, que era manejada por meninos de onze ou doze anos, que já provocara uma vez um acidente fatal. Naquele dia, um pequeno trabalhador de onze anos, ao operá-la, foi por ela colhido e, entre gritos de dor e de desespero, morrera sem que seus companheiros de trabalho pudessem fazer qualquer coisa para salvá-lo. Profundamente traumatizado pelo horror da cena, meu pai foi ao dono da fábrica, contou-lhe o fato, sugerindo que a máquina deveria ser substituída por outra menos perigosa e que seu operador fosse um adulto e não uma criança. Após ouvi-lo, respondeu-lhe o empregador: "Sabe quanto custou essa máquina? Custou 500 mil contos de réis (na época uma pequena fortuna). Olhe aí pela janela e veja a fila de meninos que estão pedindo emprego;

qualquer deles ficará muito feliz se puder trabalhar nessa máquina."

Esse fato, contado com riqueza de detalhes por meu pai na minha presença, deixou-me apavorado. Não conseguí dormir essa noite, minha mãe esprobava meu pai por ter descrito tal cena diante de uma criança. O terror perseguiu-me ainda por muitas noites e quando acabou por desaparecer deixou uma pergunta: por que tinham deixado uma criança operar máquina sabidamente perigosa, pergunta essa que, infelizmente, ainda faço muitas vezes quando vejo dedos e mãos de crianças mutiladas pelas perigosas máquinas desfibradoras de sizal e de rami no sul do nosso Estado e, principalmente, na Bahia, quando seria tão fácil prevenir tais acidentes utilizando-se a peça de proteção dessas máquinas criada pela Fundacentro.

**"Em 1927 era promulgada a primeira lei de férias, contrariando a opinião dos empregadores"**

Essa era a época em que se desenvolvia no Brasil a sua pequena Revolução Industrial e a proteção do trabalhador não constituía em absoluto preocupação de governantes e empregadores.

Em 1927 era promulgada a primeira lei de férias, contrariando a opinião dos empregadores que, em documento encaminhado aos órgãos governamentais, afirmavam: "Fará o proletariado nacional misteres tão penosos que sinta necessidade de revigoramento periódico do seu organismo? Digamos, sem rebochos, que não. Durante as oito horas em que desempenha a sua tarefa, o nosso operário não é compelido a dar o máximo possível do seu rendimento. Os lazeres, os ócios, representam perigo iminente para o homem afeito ao trabalho e nos lazeres ele encontra seduzções perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo ser humano."

Não menores protestos surgiram do patronato brasileiro quando, ainda em 1927, foi baixado o "Código de Menores" que procurava solucionar a questão do trabalho de crianças, permitindo somente para os trabalhadores maiores de 14 anos.

Alegavam os empregadores que, "...se bruscamente, premiados por uma lei que tem foros de lei social, fomos compelidos a licenciar menores que trabalham em nossas fábricas, que será das Indústrias nacionais que nasceram ontem e que têm feito caminho no Brasil à custa dos maiores sacrifícios? E que rumos novos poderá tomar a legião de menores, cujo aproveitamento se verifica hoje sem nenhuma espécie de males para a nossa economia, para a nossa sociedade?"

Essa foi a mentalidade vigente durante toda a minha infância, mostrando bem a situação de desamparo quase total do trabalhador brasileiro. Quis o meu "karma" que, ao chegar a hora de escolher uma profissão, contrariasse os desejos de meus pais, que me queriam advogado, e decidi, quem sabe levado pela lembrança da criança despedaçada pela máquina, a estudar Medicina, ingressando na Casa de Arnaldo.

Ainda o meu "karma" fez com que, durante meus anos de estudo na Faculdade de Medicina, meu pai se tornasse superintendente de uma cooperativa de seguros contra acidentes do trabalho. Mantinha essa cooperativa um bem montado ambulatório, que passei a frequentar nas horas vagas. Diante de meus olhos surpresos vi passar por ali um grande número de acidentados, impressionando-me particularmente o enorme número de acidentes que levavam a lesões de dedos e mão, tipo de acidente que mesmo nos países desenvolvidos ocupam o primeiro. Assim, vi mãos de padeiros esmagadas por calandras de amassar a massa do pão; dedos estraçalhados de tipógrafos operadores das velhas impressoras Minerva que, tal como um crocodilo, fechavam suas imensas bocas sobre a mão do operador que, ao colocar ali uma folha de papel para ser impressa, demorava alguns segundos a mais para retirá-la das fauces da máquina, e numerosos outros acidentes desse tipo. Nesse ambulatório tornei-me profundo admirador de um jovem cirurgião, há pouco saído da nossa Faculdade, que se dedicava principalmente a reconstruir aquelas mãos lesadas e que hoje é um dos mais famosos cirurgiões brasileiros de mão, o prof. Lauro de Barros Abreu. Sua contínua batalha pela recuperação de mãos aciden-

tadas, levou a Secretaria da Saúde a confiar-lhe hoje um serviço que visa, fundamentalmente, ensinar os cirurgiões da Previdência Social a reconstruir mão e dedos lesados em acidentes que, infelizmente, passadas tantas décadas, continuam a ocorrer com espantosa frequência.

Tratando-se de uma cooperativa de seguros, a não ocorrência de acidentes representava diminuição dos prêmios de seguro pagos; assim, e somente por esse motivo, os próprios empregadores iniciaram campanhas de prevenção de acidentes entre seus trabalhadores, campanhas essas que acompanhei com o maior interesse. No entanto, a pergunta que eu me fizera na infância continuava sem resposta: por que os médicos não se dedicam mais a prevenir acidentes em lugar de somente tratar as lesões deles decorrentes?

A resposta a essa minha indagação surgiu em 1942, quando,

**"O ano de 1943 tem uma grande importância no que diz respeito à proteção à saúde dos trabalhadores"**

no quinto ano, passei a estudar Higiene no Instituto de Higiene, onde seu diretor, o prof. Geraldo de Paula Souza, era também o professor catedrático dessa matéria na Faculdade de Medicina. A carga semanal de aulas era bastante elevada, tendo sido aluno de Paula Souza, de Borges Vieira e de tantos outros luminares, entre os quais o prof. Benjamin Alves Ribeiro, catedrático de Higiene do Trabalho.

Ao assistir as primeiras aulas do prof. Ribeiro fiquei profundamente impressionado com o que estava aprendendo. Dono de notável capacidade didática, de uma imensa cultura no campo de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, foi ele indiscutivelmente o pioneiro da Saúde Ocupacional no Brasil e foi o antigo Instituto de Higiene o primeiro estabelecimento brasileiro a se dedicar ao estudo de como proteger os trabalhadores.

As magníficas aulas do prof. Ribeiro mostravam como teria sido possível evitar que a criança fosse morta pela máquina e como os acidentes que eu via no ambulatório da seguradora poderiam não ter ocorrido. Também pela primeira vez, fiquei sabendo que, além de acidentes propriamente ditos, existiam

doenças características de certas matérias-primas utilizadas no trabalho, tendo sido esse o meu primeiro contato com as doenças profissionais. Ali vim a saber que algumas fábricas em São Paulo costumavam empregar médicos para atender seus trabalhadores pelo que, subitamente, desejei ser um deles.

Até então a Medicina do Trabalho continuava totalmente desconhecida nos meios médicos brasileiros. Os chamados "médicos de fábrica" eram considerados, dentro da profissão, como médicos de segunda classe que, não tendo sucesso na clínica particular, recorriam a "bicos" nas empresas, onde se limitavam a atender enfermidades mais simples. Realmente, anos mais tarde, quando investiguei as atividades desses médicos para escrever a minha tese de doutoramento, foi possível verificar que tais médicos desconheciam totalmente a relação trabalho-doença, limitando-se a praticar nos consultórios instalados nas fábricas a mesma medicina usualmente exercida em consultórios particulares, sem qualquer relação com Medicina do Trabalho.

O ano de 1943 tem uma grande importância no que respeita à proteção à saúde dos trabalhadores, pois em 1.º de maio desse ano o decreto-lei, n.º 5.452 aprovava a Consolidação das Leis do Trabalho, a famosa CLT, que no seu capítulo quinto dedicava, pela primeira vez no Brasil, normas específicas de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho.

Nesse ano, a despeito do baixo "status" dos médicos de fábrica, o meu "karma" levou-me a trabalhar em uma grande empresa multinacional, interessada em estabelecer um plano de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Como essa atividade ocupava apenas meio período, no período restante passei a me dedicar a conhecer melhor a especialidade que escolherei. Faltavam-me, naturalmente, conhecimentos mais profundos, pelo que passei a aconselhar-me com o prof. Ribeiro. Sempre pronto para orientar quem o procurasse, muito aproveitei das minhas frequentes visitas a ele e, a seu convite, passei a contribuir muito modestamente para o Curso de Higiene do Trabalho que era ministrado aos alunos médicos e engenheiros do antigo Curso de Saúde Pública para

# Curso sobre Medicina homenagem na USP

graduados. Foi essa uma fase muito importante na minha vida, pois a colaboração Faculdade-empresa permitia dar aos alunos o resultado da minha experiência prática como médico de fábrica e, ao mesmo tempo, me permitia aplicar na empresa o que eu aprendia na escola.

Em face da CLT, o prof. Ribeiro modificou seus cursos de modo que os assuntos tratados nas aulas tivessem relação com o que determinava o Capítulo Quinto desse diploma legal. Assim, elaborou uma série de "Resumos de Aulas", cuidadosamente preparados e que constituíram o primeiro texto brasileiro sobre Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Tais resumos desde logo tornaram-se de conhecimento geral e numerosos estudiosos da matéria, nos anos seguintes, passaram a usá-los, muitas vezes publicando artigos calçados inteiramente sobre ele, sem qualquer referência ao seu autor.

A publicação da CLT e a transformação da Faculdade de Saúde Pública na principal entidade de ensino e pesquisa no campo da Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho no Brasil dá início à fase científica e acadêmica da Saúde Ocupacional brasileira, que começa a se desenvolver graças a um número muito restrito de pioneiros que, lutando contra a incompreensão de governantes, empregadores e mesmo de trabalhadores, procuravam lutar no sentido de tornar mais seguros os locais de trabalho. Nesta faculdade, além do prof. Ribeiro, destacam-se nomes como os de Bernardo Bedrikow, que foi seu assistente e, mais tarde, deixando a escola, organizou o primeiro serviço integrado de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho no Brasil, no Serviço Social da Indústria, que ainda hoje dirige, prestando relevantes serviços à indústria paulista; Herbert Stettiner, químico de grande competência, que, como assistente da cátedra, montou nesta Faculdade o primeiro laboratório de Higiene do Trabalho, tendo, juntamente com o prof. Ribeiro, padronizado um método de detecção de chumbo na urina, que foi amplamente usado por médicos de fábrica durante décadas; Silas Fonseca Redondo, engenheiro especializado em Higiene do Trabalho e que foi um dos grandes responsáveis pela melhoria das condições de higiene e seguran-

ça do trabalho de numerosas indústrias. Não-pertencentes à Faculdade, mas com esta mantendo estreita relação, destacam-se os nomes de Oswaldo Paulino, professor Emérito da Faculdade de Ciências Médicas de Santos e pioneiro na prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profissionais dos trabalhadores portuários e dos de refinarias de petróleo; José Benedito de Moraes Leme, criador da Faculdade de Medicina de Sorocaba da primeira disciplina de Medicina do Trabalho em escolas médicas; Joaquim Augusto Junqueira, já falecido, que, depois de dirigir serviços médicos de empresas multinacionais, dedicou-se na A.B.P.A. a reduzir os riscos profissionais; e Aloysio Geraldo Ferreira de Camargo, que também dirigiu serviços médicos em empresas multinacionais e que ocupou na APM não só a presidência do Departamento de Me-

*"A preocupação pela saúde do trabalhador, nascida nesta Faculdade, muito avançou"*

dicina do Trabalho, como a presidência dessa entidade médica.

Muito aprendi com esses denodados pioneiros, a quem presto a minha homenagem. Sempre ligados a esta Faculdade, todos eles contribuíram muitíssimo para que esta se tornasse o mais importante estabelecimento de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade no campo da Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho do Brasil, posição que mantém até hoje e que, tenho a certeza, continuará a sê-lo no futuro.

Coube-me participar muito intimamente dessas atividades como voluntário convidado pelo prof. Ribeiro para auxiliar o seu curso. Quando, por motivos profissionais, Bernardo Bedrikow deixou a Faculdade de Saúde Pública para dedicar-se ao seu serviço no Sesi, fui convidado pelo prof. Ribeiro para substituí-lo. Assim, de assistente voluntário passei a fazer parte do corpo docente desta escola onde, através dos anos, tornei-me doutor, livre-docente, adjunto e, finalmente, titular.

Com a aposentadoria compulsória do prof. Ribeiro, coube-me a honra de substituí-lo, exatamente quando, com a reforma universitária, os antigos Departamentos de Higiene do Trabalho

e Saneamento se reúnem no atual Departamento de Saúde Ambiental, ficando na época sob a chefia do prof. Walter Engrácia de Oliveira, especialista de renome internacional no campo da disposição de resíduos e que hoje é chefiado por mais um docente internacionalmente conhecido pelos seus méritos científicos, o prof. Aristides de Almeida Rocha.

Nessa mesma época, com a aposentadoria do prof. Stettiner, coube-me reorganizar o corpo docente do recém-criado setor de Saúde Ocupacional do Departamento de Saúde Ambiental.

Tive a imensa sorte de conseguir para novos docentes pessoas do mais alto gabarito científico, que hoje prosseguem com rara competência a obra iniciada já há tantas décadas pelo prof. Ribeiro. São eles o professor titular Jorge da Rocha Gomes, médico com vasta experiência no campo da Saúde Ocupacional e que hoje acumula na reitoria a função de diretor de todo o sistema de proteção à saúde dos trabalhadores da própria USP; o professor assistente doutor Sérgio Colacioppo, que prossegue com brilho aberto pelo saudoso prof. Stettiner; a professora associada Frida Marina Fischer, cujo entusiasmo e dedicação ao ensino e à pesquisa tomaram-na internacionalmente conhecida na área do trabalho em turnos e ergonomia; e a professora assistente Vera Anna Hofmeister, pesquisadora de grande valor e que vem pouco a pouco se tornando conhecida como autoridade no que respeita às relações entre poluição do ar e saúde humana. Assim, a primeira geração de pesquisadores e docentes da Medicina do Trabalho encerrou-se com a aposentadoria compulsória dos profs. Ribeiro e Stettiner; a segunda geração, por mim representada, encerrou-se com a minha aposentadoria, também compulsória, e agora é a essa terceira geração que cabe o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços à comunidade na área de Saúde Ocupacional.

Devo muito a esse grupo de colaboradores, pois foi graças ao seu estímulo e seu auxílio que me foi possível galgar a carreira universitária. A eles agradeço o apoio e a amizade com que sempre me distinguiram. Tenho a absoluta certeza de que a sua competência, dedicação e entu-

siasmo serão os fatores que levarão para bem alto a reputação dessa Faculdade no campo da Saúde Ocupacional.

Lançando agora um olhar para trás, vê-se que a preocupação pela saúde dos trabalhadores, nascida nesta Faculdade, muito avançou no decorrer destas cinco décadas. Quando, em 1969, as estatísticas da Previdência Social mostraram um número extremamente elevado de acidentes do trabalho, foi nesta Faculdade que nasceram as iniciativas para a solução desse grave problema. Nela reuniram-se as comissões encarregadas de estabelecer os currículos para os cursos de especialização de médicos do trabalho e de engenheiros de segurança do trabalho que, por legislação estabelecida em 1972, deveriam trabalhar nos recém-criados Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho, obrigatórios em indús-

*"A atividade do médico de fábrica, tão desprezada no passado, tornou-se uma prática médica respeitada"*

trias de maior porte e/ou de maior risco. Graças ao auxílio dos docentes de vários Departamentos desta Faculdade, os autores das apostilas que serviram de texto para tais cursos e o primeiro curso de especialização para médicos e engenheiros de todo o Brasil foi aqui realizado. Nesta Faculdade, em anos mais recentes, reuniram-se pela primeira vez docentes e representantes sindicais, daí surgindo a preocupação dos sindicatos de trabalhadores pela saúde e a vida dos seus associados expostos a riscos de acidentes e de doenças profissionais. As pesquisas mais importantes da Saúde Ocupacional brasileira desenvolveram-se nesta escola e abrangem uma gama muito extensa de projetos de real utilidade para a proteção à saúde dos trabalhadores.

A atividade do médico de fábrica, tão desprezada no passado tornou-se uma prática médica respeitada, levando em todo o País um grande número de médicos a fazer seus cursos de especialização para poderem exercer a Medicina do Trabalho. O trabalho multiprofissional, preconizado pioneiramente pelo prof. Ribeiro, tornou-se uma realidade não somente científica como de exigência legal. As au-

toridades governamentais, no passado totalmente omissas no que diz respeito à saúde dos trabalhadores, passaram a dedicar a ela maior atenção, promulgando leis de proteção do trabalhador, ratificando convenções da Organização Internacional do Trabalho e melhorando - se bem que ainda deficiente - a fiscalização dos locais de trabalho por médicos e engenheiros especializados.

Para mim e para esses poucos pioneiros mencionados, é gratificante ver que os nossos ideais tornaram-se uma realidade que não mais pode ser negada. Muito ainda resta a ser feito, mas tenho certeza de que esta Faculdade e a nova geração de docentes na área de Saúde Ocupacional saberão lutar para que a saúde dos trabalhadores seja devidamente protegida contra os agravos do trabalho.

Diz o eminente mestre Aurélio que ser emérito é ser muito versado em uma ciência ou arte, é ser sábio, é ser insigne, e as generosas palavras do Ruy, ditas nesta cerimônia, querem mostrar que assim o sou. Sem falsa modéstia devo dizer que estou muito longe de ser o que o ilustre enciclopedista e o muito que o nosso vice-reitor disse a meu respeito foi ditado pela velha amizade que nos une e não pelos méritos meus.

Fico profundamente orgulhoso ao receber essa posição tão importante. Ao tomar-me professor emérito, continuo mantidos os laços com esta Faculdade, que tornou-se parte importantíssima da minha vida desde os longínquos dias de 1943 até agora. Ser professor emérito constitui a mais importante láurea que um docente pode receber. Espero que, nesta qualidade, possa eu auxiliar de alguma forma esta escola que tanto amo.

Quero, uma vez mais, agradecer à egrégia Congregação pela outorga desse tão honroso título e à nossa cara diretora, que promoveu e dirigiu esta cerimônia e aos tantos bons amigos que, interrompendo as suas atividades, aqui vieram para prestigiar, com a sua presença, a mim e ao título que acabo de receber.

E para que eu não me orgulhe muito e acreditar que eu realmente sou sábio, quero lembrar esta passagem do Eclesiastes:

Quem é um sábio? Quem conhece a explicação das coisas? Tudo tentei para adquirir a sabedoria. Eu disse: far-me-ei sábio, mas a sabedoria retirou-se para longe de mim muito mais do que estava antes.

O discurso foi proferido na Faculdade de Saúde Pública da USP, quando Diogo Pupo Nogueira recebeu o título de professor emérito.

# Centenário de Almeida Júnior

\* Carlos da Silva Lacaz

Antônio Ferreira de Almeida Júnior, eminente educador brasileiro e antigo professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nasceu em Joanópolis, a 8 de junho de 1892. Com sua morte perdeu o País um de seus maiores educadores que, juntamente com Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, formava o grupo chamado dos "quatro grandes" reformadores da educação no Brasil.

Almeida Júnior - o Almeida-dinha, como carinhosamente o chamavam seus alunos, apelido que extravasou os limites da Faculdade de Direito, diplomou-se inicialmente pela Escola Normal, da praça da República, em 1909, sendo professor normalista, título do qual tanto se orgulhava. Posteriormente, em 1921, conquistou o título de doutor pela Faculdade de Medicina de São Paulo.

Iniciou sua atividade docente como mestre primário, na escola isolada da Ponta da Praia, em Santos, e em 1910 era nomeado

professor de francês da Escola Normal de Pirassununga, cargo do qual se exonerou para fazer seu curso de Medicina. Em 1920 passou a lecionar Biologia e Higiene na Escola Normal do Brás, hoje Instituto de Educação Padre Anchieta. De 1921 a 1923, exerceu cumulativamente, por conta da Fundação Rockefeller, o cargo de assistente do Instituto de Higiene, hoje Faculdade de Saúde Pública. Em 1931, transferiu-se da Escola Normal do Brás para o Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação Caetano de Campos, do qual se tornou professor em 1933. No ano seguinte, com a criação da Universidade de São Paulo, passou Almeida Júnior a integrar a Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual foi exonerado a 3 de dezembro de 1941, por ter sido nomeado catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito, em virtude de aprovação em concurso de títulos e provas. Na cátedra em que sucedeu ao prof. Alcântara Machado, veio a aposentar-se em maio de

1962, compulsoriamente, por limite de idade. Nesse mesmo ano recebeu o título de Servidor Emérito do Estado.

Na administração pública, Almeida Júnior colaborou na reforma do ensino paulista, promovida na década de 1920 pelo prof. Sampaio Dória. Em 1933, participou da Comissão Organizadora da Universidade de São Paulo, obra máxima do governo de Armando Salles de Oliveira e inspirada por Júlio Mesquita Filho. Membro do primeiro Conselho Universitário, fez parte da Comissão que elaborou os estatutos da Universidade de São Paulo. Em 1945, foi secretário de Educação na interventoria Macedo Soares, até fevereiro de 1947.

Integrou a comissão de estudos das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1949 era designado membro do Conselho Nacional de Educação. Basta a simples indicação das funções que exerceu e dos cargos que ocupou para que se possa avaliar a importância de sua atuação no cam-

po da educação e do ensino.

Almeida Júnior militou também na política, pertencendo ao Partido Constitucionalista, formando com outros democratas um núcleo de resistência em São Paulo, no período da ditadura estadonovista. Ao lado de vários professores da Faculdade de Direito e de numerosos estudantes, participou do movimento público pela redemocratização do País.

Professor severo, exigente e eficiente, cumpriu rigorosamente os encargos docentes que lhes foram confiados, figurando entre os mais queridos e populares e entre os que sempre tiveram repletas suas salas de aula. Deixou numerosos livros sobre problemas de Educação, de Medicina Legal e Higiene. Em 1970 recebeu o prêmio Moinho Santista, no campo das Ciências, Letras e Artes.

\* Carlos da Silva Lacaz é diretor do Museu da Casa de Arnaldo e ex-diretor da Faculdade de Medicina da USP.

## Coluna do livro

Acaba de ser lançado em Nova York um livro de memórias do prof. Carlos Alberto Salvatore, intitulado *Doctor Salvatore*. A obra descreve aspectos da vida universitária, humorísticas historietas escolares e de viagens ao Exterior. Os interessados em adquirir o livro devem escrever para Vantage Press Inc. 516 West 34 th Street, Nova York, 10001, Estados Unidos. Brevemente estará a venda em São Paulo.

No final do ano passado, a editora Edicon publicou o livro *Trajeto*, do cirurgião Salomão Chaib. O livro é um romance autobiográfico que conta a vida de um cirurgião nascido no nordeste brasileiro que, após longa peregrinação, em cuja caminhada não faltaram sofrimentos profundos, chega ao mais alto posto da vida universitária, como professor catedrático da Casa de Arnaldo. No longo trajeto, o personagem principal do livro "Alex" (que na vida real é o prof. Salomão), ao cabo da caminhada, após fazer um retrospecto existencial, conclui que as vicissitudes da vida são necessárias para lapidar o homem, e que a vida tem um sentido na marcha evolutiva da natureza e nós, imbuídos disso, devemos colher apenas as parcelas prenhes de beleza e de prazeres.

Salomão Chaib é, além de médico e professor, literato, com várias obras publicadas, colunista do *Jornal Shopping News*, membro de diversas sociedades médicas nacionais e internacionais.

No dia 15 de maio próximo, na sede da APM, será realizada sessão solene em memória dos mestres na Medicina. Na ocasião, serão lembrados Paulo Lentino, Waldemar de Souza Rudge, Walter Maffei, Domingos Delascio, Átila Vaz e Eurico Bastos. Nesse mesmo dia haverá também apresentação musical com destaque para concerto de gaita e, após, será servido coquetel de confraternização. Todos os sócios da APM estão, desde já, convidados.

Severino Sombra, no opúsculo *Ciência e Libertação*, quinta edição, recentemente lançado, mostra que no Brasil apenas 5,6% dos eleitores possuem curso superior, ao passo que na Europa Ocidental, Canadá e Japão esse número é muito superior. Traça um paralelo do voto esclarecido com o leitor culto, concluindo que uma nação onde a maioria é de ignorantes jamais alcançará posição de destaque, sequer de respeitabilidade, no contexto internacional. A ignorância gera um outro grande perigo, o de enriquecimento e domínio de uma reduzida minoria, a qual se distancia social e financeiramente da grande massa, daí podendo sobreviver golpes e revoluções e também o surgimento de ideologias, cujo fanatismo acaba sempre em radicalismos embrutecedores, dando margem a reações igualmente carregadas de violência.

Propõe saída, a do engajamento na Revolução Científica e Tecnológica, com ampla difusão do ensino em todos os graus, pluralismo de idéias e respeito ao semelhante, o que nos igualaria aos outros países desenvolvidos, onde a nossa participação seria não como platéia, mas como atores. A obra foi editada pela Fundação Educacional Severino Sombra, de Vassouras, RJ, e pode ser encontrada na Biblioteca da APM, para consultas. G.A.P.

## Tietê

Geraldo Vidigal

Eu sei de ti desde menino  
Sei que amanhã reviverás  
E guiarás o peregrino  
A igarapés, a paranás.

Inda menino, trepidante,  
Os teus mistérios aprendi!  
Eu te sabia bandeirante,  
Minha emoção fluía em ti.

Que doce paz, e que alegria  
Nos teus cantares, Tietê!  
O céu azul se refletia  
No espelho azul que era você.

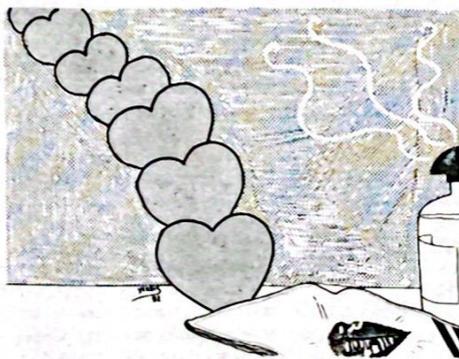
Envelheci, e em tuas águas,  
Em teu rolar, em teu caudal  
Vejo explodirem tuas máguas,  
Sofro dos males do teu mal.

Mas sei de ti desde menino,  
Sei que amanhã reviverás:  
E guiarás o peregrino  
A igarapés, a paranás.

Pois Borba Gatos e Anhangüeras  
E as esmeraldas de Fernão  
Te guiarão, em primaveras  
Que teu cantar inspirarão.

Quero morrer sereno, ouvindo  
Tuas cantigas, Tietê.  
E vendo o azul se refletindo,  
No claro espelho que há de ser.

## Um cúmplice!



Samuel Abramavicus

Um lenço,  
Um simples lenço  
Foi testemunha de um  
ato de amor  
Lavado,  
Passado,  
Perfumado.  
Um cúmplice!  
Indo de lá para cá,  
Não sabendo onde ficar.  
Fico com quem deu?  
Fico com quem recebeu?  
A decisão?  
A decisão quem deu?  
A decisão quem deu  
Foi quem o amor  
recebeu.

O lenço é para quem deu.  
O dar é mais sublime,  
mais nobre.  
Receber sempre é mais  
pobre.  
O dar é ceder um  
pedaço de si  
Numa pequena fatia do  
sentimento amor.  
Lavado,  
Passado,  
Perfumado.  
O lenço correu para  
quem se deu.  
Feliz, sorriu,  
Se aconchegou,  
Repousou.  
Alguém se deu...

## Médicos pintores e escultores

Entrem em contato com o Departamento Cultural da APM.

Tel.: (011) 37-4581, ramais 29, 30 e 31.